



O Vice-Diretor do FMI, William Dale (esquerda), acompanhou Pastore na reunião com os representantes dos bancos europeus

Setúbal: Exigência se deve a promessas não cumpridas

BRASÍLIA — O banqueiro Olavo Setúbal afirmou ontem que o Fundo Monetário Internacional (FMI) condicionou a aceitação da terceira Carta de Intenções do Governo brasileiro à aprovação do Decreto-Lei 2045, pelo Congresso Nacional, por causa da perda de credibilidade das autoridades econômicas do Executivo brasileiro. Esta queda de confiança nas autoridades econômicas pode ser explicada, segundo ele, pelo descumprimento das outras cartas de intenções enviadas pelo Governo ao FMI.

Em depoimento prestado à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara sobre a dívida externa, Setúbal assegurou que o FMI considera o respaldo político do Congresso Nacional imprescindível para a

viabilidade do programa de ajustamento econômico adotado pelo Governo.

O Presidente do Grupo Itaú defendeu o cumprimento do acordo com o Fundo Monetário, inclusive na cláusula que prevê a redução dos reajustes salariais a 80 por cento do INPC, e repudiou a alternativa de declaração de moratória unilateral. Setúbal deixou claro aos deputados presentes ao seu depoimento que não vê outra saída para o País, a curto prazo, levando em consideração as reservas internacionais negativas e os atrasos de pagamento no exterior. A renegociação ampla da dívida brasileira só seria possível, na sua opinião, numa etapa posterior ao acordo com o FMI.